

Política Externa: Intervir ou não, a (falsa) Questão

Nuno Filipe Brito

O morno debate sobre política externa entre os dois candidatos à Presidência dos EUA tem tido mais pontos de convergência do que de divergência. De Gore e Bush espera-se uma política de "evolução na continuidade", com um objectivo fundamental: preservar o actual poderio político, económico e militar americano.

Intervir ou não intervir, eis a questão. Ou melhor, eis a falsa questão que, a espaços, tem perpassado o tópicido debate sobre política externa entre Al Gore e George W. Bush, numa campanha eleitoral que demonstra bem a actualidade do velho adágio norte-americano "all politics is local". A América não sente necessidade de alterar o curso da sua acção externa. Esta constatação explica, em larga medida, o elevado nível de convergência nas opiniões manifestadas naquele domínio pelo vice-Presidente e pelo governador do Texas.

De um ponto de vista estratégico, os parâmetros que enformarão a política externa americana são claros. Tratar-se-á, antes e acima de tudo, de preservar o singular poderio político, económico e militar de que os Estados Unidos desfrutam. De Gore e Bush apenas se espera "evolução na continuidade", pelo que somente poderão divergir no plano tático de gestão de situações de crises concretas.

Preservar o "status quo" internacional, em que a economia americana desempenha o papel de motor do planeta, talvez não seja tão difícil quanto parece. Apenas requererá de Gore ou Bush uma atitude mental adequada. Com efeito, os Estados Unidos são uma "superpotência leve"⁽¹⁾: consignando anualmente à defesa cerca de 3 por cento do seu produto nacional bruto – ou 300 biliões de dólares –, Washington consegue despender um montante 5 a 6 vezes superior ao dos potenciais rivais e acima daquele que os seus aliados na Aliança Atlântica gastam em conjunto. E atribuir verbas adicionais à defesa é possível, sem com isso se desequilibrar um orçamento federal superavitário.

Contudo, o império sente-se ameaçado. George Bush e Dick Cheney, o ex-patrão do Pentágono, entendem que a Administração Clinton enfraqueceu o grau de prontidão das forças armadas americanas. "We got to rebuild our military", afirma Bush. Acrescenta que a função das forças armadas é lutar e ganhar guerras. Com ele na Casa Branca, os militares desempenharão exclusivamente tarefas militares, o que exclui acções de "nation building". Por fim, cada missão militar será dotada de um mandato claro e de uma estratégia de retirada "óbvia".

A Gore restou apenas a possibilidade de aderir à opinião de Bush, preconizando uma melhoria no grau de prontidão das forças armadas e cautela na sua utilização. Esta dependerá, obviamente, do critério que deverá presidir a qualquer intervenção externa, diplomática ou militar, pelos EUA.

Para o vice-Presidente a definição de um critério de intervenção será simples: sendo a América o modelo do mundo, ela deverá projectar o seu poder para assegurar a defesa dos "valores" que a caracterizam, isto é a "liberdade política" e "mercados livres". Ela deverá governar pelo "poder do exemplo", o que implica defender os direitos humanos. Bush não se sente animado por esta ideia de missão ou de destino manifesto, visto que o critério que seguirá para decidir qualquer acção externa será tão somente determinar, caso a caso, o que melhor serve os

interesses do povo americano. Sem qualquer propósito messiânico ou humanitário. Como traduzir estes conceitos em termos práticos ?

Bush e Gore parecem irmãos gémeos na identificação das áreas do mundo em que estarão em causa os interesses do seu país. A lista é restrita e inclui o Médio Oriente, a Europa e a Ásia. O primeiro acrescenta-lhe a América Latina, acusando a Administração cessante de pouco ter feito nessa zona. A sua atitude é compreensível e deverá ser seguida com atenção se ele chegar à Casa Branca, caso se tenha bem presente o facto de o clã Bush ter o seu centro de poder em estados em que a população de origem hispânica é crescentemente importante – o Texas e a Florida.

A crise em curso no Médio Oriente e a subida dos preços de petróleo obrigou os dois candidatos a dedicarem à região uma atenção especial. No momento em que este texto é escrito, imediatamente antes do terceiro debate eleitoral, as posições de ambos parecem estabilizadas em torno dos seguintes pontos:

- Total acordo na defesa de Israel e quanto à ideia de que tal não será incompatível com a tentativa de os EUA desempenharem na questão palestiniana o papel de "honest broker";
- O candidato republicano sustenta que o processo de paz não deverá ser guiado por "prazos artificiais" (entenda-se, Clinton deverá pensar para além da sua presidência, o que agora é inevitável...);
- O Iraque deverá vir a ser tratado com maior firmeza, prometendo Bush sanções mais duras e "uma consequência" se Saddam Hussein continuar a desenvolver armas de destruição maciça, a que Gore contrapõe um "apoio robusto" aos grupos que tentam derrubar o líder iraquiano.

Quanto à Europa, ou pelo menos a nossa Europa, apenas se poderá dizer que ela poderá dormir descansada com qualquer dos candidatos. Mesmo em relação aos Balcãs não se deverá esperar qualquer mudança radical de orientação, não obstante Bush ter ecoado o credo republicano de que os europeus não estariam ainda a fazer o suficiente na Bósnia e no Kosovo. A questão da "exit strategy" irá certamente colocar-se à próxima Administração, mas esse é também um problema que o pilar europeu da NATO já sente com particular acuidade, após o afastamento de Milosevic.

A única área de fricção potencial com a Europa abordada no corrente debate eleitoral é a do estabelecimento pelos EUA de um sistema de defesa contra mísseis balísticos. Bush favorece o conceito abertamente, bem como a partilha da protecção que ele dispensará com os aliados de Washington. Gore tem sido circunspecto, o que se compreende à luz da decisão tomada por Clinton de "passar a bola" à próxima Administração, evitando assim entrar internamente em rota de colisão com o Senado; e agravar, no plano externo, as fortes objecções formuladas pela Federação Russa e pela China. Estes consideram aquele sistema como uma violação flagrante do Tratado ABM e como uma tentativa de Washington ganhar mais uma vantagem estratégica fundamental nas suas relações com Pequim e Moscovo.

A Ásia é também (inevitavelmente) identificada por ambos os candidatos como uma área prioritária para a política externa americana. Mas longe estão os dias de Clinton, em que aquele continente chegou a ser visto por alguns como uma área potencialmente mais prioritária do que a própria Europa. No segundo debate "presidencial", o Extremo Oriente foi referido de passagem por Gore no capítulo dedicado ao ambiente – em que Bush reitera a imposição da "pena capital" ao Protocolo de Kyoto, que a União Europeia e o Japão defendem – e tão somente

como pretexto para salientar que o Japão compete com Detroit na produção de automóveis ecologicamente mais avançados... No fundo, a optimista visão asiática de Clinton, de natureza económica, não resistiu à crise que afectou alguns dos denominados "tigres" e à estagnação económica japonesa.

Os sucessores de Clinton terão de lidar com o desapontamento gerado na Ásia pelas soluções apresentadas pelos EUA para contrariar a crise económica de 1997, quiçá tornado mais intenso pelo fracasso da cimeira de Seattle da Organização Mundial do Comércio, o que será uma tarefa particularmente complexa. Mas pouco, ou quase nada, têm dito sobre o assunto, o que poderá trair ou uma intenção de continuidade, ou a falta de urna perspectiva inovadora para lidar com aquele problema.

Neste contexto, deverá ser referido o facto de, mesmo antes do processo de Seattle, as detonações nucleares na Índia e no Paquistão – o possível advento de uma segunda era atómica – terem demonstrado à sociedade, se a demonstração era necessária, que uma potência global não poderá deixar-se guiar por uma perspectiva predominantemente economicista das relações internacionais. Tal explicará também parcialmente o "approach" cauteloso e conservador de ambos os candidatos a questões ligadas ao auxílio externo (muito impopular no Congresso) ou ao perdão da dívida dos estados sub-desenvolvidos, bem como ao papel que as instituições financeiras internacionais poderão desempenhar na economia mundial. Gore parece condensar muito bem o seu pensamento, e o de Bush, nos seguintes termos: "It's time for us to provide the leadership (...) to make sure the world economy keeps moving in the right direction. Again that means not running big deficits here and not squandering our surplus".

Parece também evidente que África pouco poderá esperar de qualquer dos candidatos. Enquanto Gore se limita a defender a actuação do executivo que integra, Bush admite que África é um continente importante, mas não figura nas suas prioridades; e, para além de um necessário desacordo sobre a retirada da Somália deliberada por Clinton, uma vez que coube ao seu pai colocar nesse país tropas americanas, o Governador do Texas nem sequer contesta a inacção da Administração relativamente ao Ruanda, com resultados bem conhecidos.

Continuando a percorrer o globo, e numa fugaz nota de rodapé, parece de salientar também um elemento de interesse directo para Portugal: Bush manifestou o seu apoio público ao modo como a Administração lidou com a questão de Timor-Leste, considerando-o mesmo como "um bom modelo" de gestão de uma crise. Eis um comentário que deverá ser bem entendido por aqueles que, porventura, ainda acalentassem a fantasia de perturbar o processo de independência daquele Território Não-Autónomo.

No penúltimo debate presidencial, o candidato republicano notou que os Estados Unidos deverão ser "humildes", conquanto "fortes", para não gerarem uma atitude de ressentimento a nível mundial. Gore, em maré reactiva, concordou com este conceito, procurando justificar através dele o "sentido de missão" que deverá animar a actuação externa norte-americana. Esta "dança" entre um "intervencionista" e um "internacionalista relutante"(2) é reconfortante para um eleitorado interessado, sobretudo, em saber como pretenderão Gore e Bush partilhar a riqueza nacional. As ideias de política externa defendidas por ambos os candidatos surgem, assim, como instrumentos de política interna e como tais deverão ser lidas por terceiros estados. Com a devida atenção, mas sem demasiada imaginação.